

## **Devir-rizoma na Sala Verde Amanajé, na cidade de Capitão Poço/Pa<sup>1</sup>**

### ***Rhizome-Becoming in the Sala Verde Amanajé, in the city of Capitão Poço/PA***

CHARLESTON SILVA DE SOUZA<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)  
<http://orcid.org/0000-0002-3268-3673>

JOSÉ VALDINEI ALBUQUERQUE MIRANDA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará (UFPA)  
<http://orcid.org/0000-0003-1259-8655>

FERNANDA CARNEIRO ROMAGNOLI<sup>4</sup>

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)  
<http://orcid.org/0000-0002-1581-8820>

## **RESUMO**

O artigo analisa a Sala Verde Amanajé como um ecossistema pedagógico-ecosófico em constante devir, fundamentado no pensamento rizomático. Inicialmente situada na Universidade Federal Rural da Amazônia, a experiência configurou-se como espaço de convergência entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, promovendo práticas de educação ambiental baseadas na transversalidade e na articulação não hierárquica dos saberes. Diante de limitações estruturais e logísticas, o projeto passou por um processo de des(re)territorialização, tornando-se itinerante e ampliando sua atuação em escolas e comunidades. Essa transformação possibilitou a consolidação de uma rede dinâmica, flexível e transdisciplinar, capaz de responder às demandas socioambientais contemporâneas. A Sala Verde Amanajé demonstra, assim, uma prática educativa que rompe com a fragmentação do conhecimento, promovendo a integração entre universidade e comunidade e fortalecendo uma perspectiva ecosófica orientada para a construção de novas relações entre sociedade, educação e meio ambiente.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Ecosofia, Rizoma, Transdisciplinaridade, Saberes Tradicionais.

---

<sup>1</sup> Recebido em 15/02/2026. Aprovado em 12/03/2026.

<sup>2</sup> Doutor em Educação na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (Educante/UFPA). Professor Substituto da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: charleston.souza@ufra.edu.br

<sup>3</sup> Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado I da Universidade Federal do Pará. E-mail: jneimiranda@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: fernanda.romagnoli@ufra.edu.br



## ABSTRACT

The article examines Sala Verde Amanajé as a pedagogical-ecosophical ecosystem in constant becoming, grounded in rhizomatic thought. Initially located at the Federal Rural University of the Amazon, the experience functioned as a space of convergence between academic and traditional knowledge, promoting environmental education practices based on transversality and non-hierarchical articulation of knowledge. Due to structural and logistical constraints, the project underwent a process of de(re)territorialization, becoming itinerant and expanding its activities to schools and communities. This transformation enabled the consolidation of a dynamic, flexible, and transdisciplinary network capable of responding to contemporary socio-environmental demands. Sala Verde Amanajé thus demonstrates an educational practice that challenges the fragmentation of knowledge, fostering integration between university and community while reinforcing an ecosophical perspective oriented toward new relationships between society, education, and the environment.

**Keywords:** Environmental Education, Ecosophy, Rhizome, Transdisciplinarity, Traditional Knowledge.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a crescente conscientização da intensificação da crise socioambiental contemporânea, são os fundamentos epistemológicos da modernidade, particularmente aqueles concernentes à fragmentação do conhecimento e à dissociação entre sujeito, natureza e cultura que começam a ser abalados pela crítica literária, em sentido lato. A Educação Ambiental, clara manifestação desse fenômeno, vem se afirmando como um campo de problematização e reinvenção das práticas pedagógicas, tensionando os arranjos existenciais que sustentam uma racionalidade tecnicista e abrindo espaço para a emergência de outras formas de solicitude (socioambiental) e de conhecimento.

Nesse horizonte, está inserida a experiência da Sala Verde Amanajé, vinculada à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no município de Capitão Poço/PA, como um fazer pedagógico que opera na interseção entre universidade, escola e comunidades. Instituída no âmbito do “Programa Salas Verdes” do Ministério do Meio Ambiente (MMA), essa iniciativa se configura como um campo de experimentação no qual se entrecruzam saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, produzindo agenciamentos heterogêneos, de modo a deixar para trás a simples condição de espaço institucionalizado de educação ambiental. Sua orientação teórico-metodológica está ancorada no pensamento rizomático e na ecosofia, sobretudo no que concerne à crítica das estruturas hierárquicas do conhecimento e à proposição de uma ecologia dos saberes que articula dimensões ambientais, sociais e subjetivas. Nessa perspectiva, a Sala Verde Amanajé é compreendida como um processo que opera por meio de conexões múltiplas, linhas de articulação e linhas de fuga que desestabilizam formas rígidas de

organização pedagógica, portanto, não como uma estrutura fixa ou modelo a ser replicado em outros contextos sócio-históricos.

Seu percurso histórico-experiencial traceja um movimento de territorialização inicial, vinculado a um espaço físico delimitado no campus universitário, seguido por um processo de des(re)territorialização, no qual as práticas se expandem para além desse território, assumindo um caráter itinerante. Essa dinâmica permite compreender a Sala Verde Amanajé como um devir-rizoma, um campo em constante produção, no qual os processos educativos se constituem a partir de relações não lineares, abertas e contingentes. Diante disso, o objetivo deste artigo consiste em analisar a Sala Verde Amanajé como um ecossistema pedagógico-ecosófico em devir, apresentando suas potencialidades para a construção de uma Educação Ambiental rizomática e, por isso mesmo, criativa e situada no contexto amazônico. Ao mobilizar essa experiência, buscamos contribuir para o debate acerca de práticas educativas que se inscrevem na interseção entre universidade, comunidade e meio ambiente, em consonância com a produção de novos modos de existência e de relação com o mundo.

## **2. A EXPANSÃO RIZOMÁTICA DA SALA VERDE AMANAJÉ**

Emersa a partir de uma iniciativa acadêmica de extensão vinculada ao programa “Projeto Salas Verdes” do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Sala Verde Amanajé (SVA) consolidara-se, no campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) em Capitão Poço, desde 2018, como um espaço pedagógico engajado em práticas culturais ligadas ao cultivo da terra, à produção de alimentos e ao cuidado com a saúde, especialmente através da agricultura orgânica e funcional. Criando um ambiente onde tradição e inovação se encontram, a estratégia pedagógica da SVA tem sido articular as tecnologias – acadêmicas, fundamentalmente – como ferramentas de mediação e fortalecimento das relações entre humanos e natureza. Estruturada em um espaço de aproximadamente 500 m<sup>2</sup>, cedido pela gestão universitária e adaptado a partir de uma estufa pré-existente, sua proposta originara-se de uma atividade avaliativa da disciplina “Práticas de Extensão” no curso de Bacharelado em Biologia, sob a orientação da professora Fernanda Romagnoli. Ao selecionar como público-alvo os estudantes da Educação Básica da região, a SVA tinha como um de seus principais desígnios promover uma educação ambiental ou práticas de subjetivação por meio do diálogo entre o conhecimento científico-acadêmico e os saberes comunitários e locais.

Desde suas primeiras experimentações pedagógicas, a Sala Verde deixara transparecer sua orientação pedagógica: aproximar a universidade da comunidade local e esmaecer as

barreiras epistemológicas e institucionais que as separaram, historicamente. Essa intenção se materializou, inicialmente, por meio de visitas guiadas ao campus, oficinas de construção com materiais recicláveis (bambu, pneus, garrafas PET), implantação de hortas e espaços de socialização decorados com plantas medicinais.

Figura I: Produção de horta com garrafas PET, visita guiada ao espaço da SVA



Fonte: Fernanda Romagnoli, 2018.

A princípio, pode parecer que essas experimentações tiveram inspirações estéticas e uma tonalidade afetiva direcionada à arquitetura simples e artesanal. Sim, isso também pode ser dito, e a própria história da SVA como espaço de atividades pedagógicas ao ar livre, em meio a materiais reciclados e trazidos das florestas, tudo isso concerne a um certo gosto pela “coisa natural”. Mas esse mesmo gosto também pretendia evidenciar um certo modo de construção dos espaços de educação e das práticas de subjetivação majoritariamente vinculados a uma arquitetura tradicionalista, cartesiana, encerrada em um plano traçado hierarquicamente, enquadrado em certos limites e, por isso mesmo, que deveria ser questionado, dando a oportunidade para que os espaços de aprendizado funcionassem a partir de outro registro, rizomaticamente pensados.

Nesse sentido, as atividades da Sala Verde têm buscado, de certo modo, habitar, no sentido de cultivar, os saberes trazidos “de fora dos muros universitários”, habilitando técnicas comunitárias de manejo e produção de conhecimento a intervirem e participarem na infraestrutura e no suporte técnico-científico da universidade.

Figura II: Imagens da SVA e visitação de alunos da rede pública da região.



Fonte: Equipe SVA

Esses movimentos (rizomáticos) delineiam uma tradição em extensão universitária que tende a se afastar de lógicas verticais de transferência de conhecimento, apostando na construção de um ambiente no qual os saberes históricos dos estudantes irrompem em suas potencialidades, enriquecendo os processos formativos. A proposta da SVA, cria condições para que diferentes alianças de saber possam coexistir e se potencializarem mutuamente.

A metáfora da árvore e do rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*, para, fundamentalmente, distinguir duas maneiras de organizar o pensamento e a experiência, isto é, a filiação, associada ao modelo arborescente, e a aliança, vinculada ao rizoma, podem nos ajudar, como contraponto teórico, a compreender a dinâmica pedagógica e territorial da SVA. Para Deleuze e Guattari (2011, p. 35), por exemplo, “filiação” opera por meio de uma lógica hierárquica, linear e genealógica, na qual o conhecimento se ramifica a partir de uma origem única, reproduzindo relações de descendência, autoridade e identidade fixa. Arquétipo dos currículos tradicionais e das estruturas acadêmicas pensadas e estruturadas de maneira compartimentadas, a filiação entrega uma dinâmica do ensino/aprendizado em que o professor é detentor do saber, e o aluno um receptor passivo. Mas também há a possibilidade de traçarmos

uma estrutura horizontal, múltipla, sem centro definido, e que se constitui por conexões imprevisíveis, encontros e cooperações: O rizoma. Este, rompe a verticalidade. Expressando-se por meio da conjunção “e... e... e...”, substitui a subordinação pela transversalidade e permite que elementos distintos se relacionem sem que um precise se anular ou se identificar com o outro: “direção perpendicular, um movimento transversal... riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens...” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 49). Por isso, podemos dizer que esse agenciamento rizomático está presente no modo como a SVA intervém para criar linhas que atravessam os saberes acadêmicos e comunitários, as práticas científicas e as técnicas tradicionais, sem que se estabeleça hierarquias epistêmicas. Essa coexistência produtiva de diferenças, tecidas nas práticas da SVA, funcionam como aliança, como uma síntese unificadora.

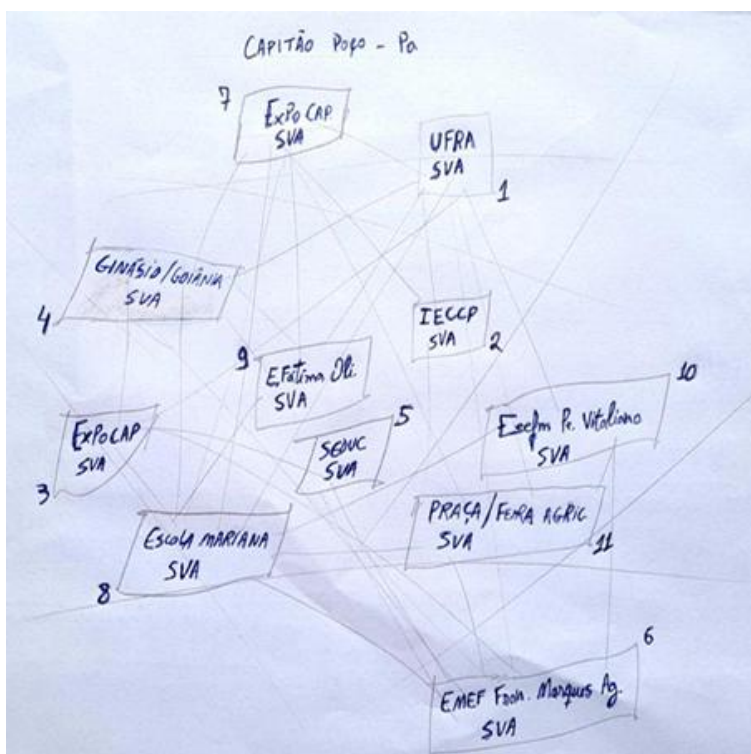
Como uma tensão criativa, a coexistência de saberes, modo relacional que não dissolve as divergências entre os elementos conectados, mas os mantém, e que valoriza a singularidade de cada saber enquanto permite que eles se encontrem e gerem novas práticas, funciona como “síntese disjuntiva” ou “disjunção inclusiva”. Na SVA, esse acontecimento se delinea quando o conhecimento universitário sobre ecologia e sustentabilidade dialoga com os saberes locais sobre cultivo, manejo da terra e relações comunitárias com a natureza, rompendo identidades fixas e a ideia de que o saber acadêmico deve permanecer isolado ou superior, de tal maneira a sacudir e desenraizar o verbo ser (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 31). É uma aliança entre campos em constante reconfiguração, onde professores, estudantes, agricultores, gestores e membros da comunidade se tornam coautores de um processo educativo vivo, aberto e contextualizado.

Disposta a se posicionar criticamente em relação à chamada hiperespecialização decorrente de práticas acadêmicas contemporâneas, como o faz Edgar Morin, em seu *O método 6: ética*, a Sala Verde também alerta que a fragmentação disciplinar, ao confinar o saber em compartimentos estanques, gera um pensamento cego para o global, incapaz de perceber as interconexões que sustentam a complexidade da vida e da sociedade. Essa compartimentalização, frequentemente reforçada por estruturas tecnoburocráticas, distancia a universidade das realidades sociais e ecológicas, transformando-a em um centro de saber isolado e autorreferencial. É precisamente como resposta a esse distanciamento que a SVA tem início. Retrato disso é a entrevista concedida peça idealizadora do Projeto Sala Verde Amanajé, a professora Fernanda Romagnoli, na qual ela destaca o choque que teve ao perceber que a universidade, ao contrário de outras instituições com as quais estava acostumada a trabalhar, como a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e o Instituto Federal do Pará (IFPA), praticamente não tinha interação com a comunidade externa, nem promovia atividades que

envolvessem a população local. Assoutou-lhe, à época, entre 2018 e 2020, o desconhecimento, por parte de cerca de 95% de moradores entrevistados da região de Capitão Poço, a existência da UFRA na cidade, já apontado para o abismo que separa a instituição e a população local. Além disso, as poucas atividades de extensão vigentes à época concentravam-se na área rural e envolveriam um número reduzido de docentes de Agronomia, deixando de lado escolas, jovens e outros segmentos sociais. A SVA nascera, assim, como um dispositivo de interseção, no sentido deleuzo-guattariano, capaz de tecer novamente os fios soltos entre academia, comunidade e território.

Sua arquitetura de rede, orientada desde um princípio organizacional rizomático, materializada em suas práticas e intervenções pedagógicas, revela um ecossistema transdisciplinar que atravessa escolas municipais e estaduais, igrejas, ginásios poliesportivos, feiras de agricultura familiar, secretarias de educação, eventos agropecuários etc. Cada traçado dessa composição significa uma linha de fuga em relação à linearidade institucional, entregando a criação de novas possibilidades de diálogo e atravessamentos.

Figura III: O modelo rizoma e a SVA.<sup>5</sup>



<sup>5</sup> 1 SVA: Sala Verde Amanajé; 2 IECCP: Igreja Evangélica Congregação de Capitão Poço; 3 Expo CAP: Exposição Agropecuária (2019); 4 Ginásio/Goianã: Ginásio Poliesportivo no bairro do Goiânia, em Capitão Poço; 5 Seduc: Secretaria de Educação; 6 EMEF Fran. Marques Ag.: Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques de Aguiar; 7 Expo CAP: Exposição Agropecuária (2018); 8 ESCOLA MARIANA: Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Mariana das Graças da Silva Aguiar; 9 E. Fátima Oli.: Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria de Fátima Oliveira; 10 Eefm Pe. Vitaliano: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Vitaliano; 11 PRAÇA/FREIRA AGRIC.: Feira da Agricultura Familiar no Município de Capitão Poço, na Praça da Igreja Matriz.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Apesar de ter sido orientada, inicialmente, desde o espaço institucionalizado do Campus UFRA de Capitão Poço, a prática da Sala Verde adquiriu traços comunitários e, a partir daí, políticos e ecosófico. Essa noção de “ecosofia”, amplamente exercitada por Guattari (2015), carrega consigo a necessidade de uma prática ecológica de caráter global, em que as dimensões ambiental, social e subjetiva estejam enredadas. Para Guattari, seguindo o clima de despossessão democrática, o risco de colapso ambiental, social e psíquico causado pelas formas de vida contemporâneas, é a manifestação de um sintoma de rupturas nas formas de habitar, conhecer e se relacionar. Quando da iniciativa de articular cosmologia, ecologia e saberes locais, encarnando uma visão ampliada e propondo uma nova aliança com a natureza viva na qual estamos implicados, o que fica subentendido é a ideia segundo a qual nos tornamos, como nos lembra Morin (2017), filhos e órfãos do cosmos, ao mesmo tempo. Por essa razão, pode-se dizer que a prática formativa da SVA vem se constituindo como um ato de resistência à fragmentação e um exercício de fraternidade ecológica e social.

A fase inicial da SVA, ancorada fisicamente na estufa do campus, representou a semente de um ecossistema pedagógico-ecosófico em construção. Mesmo limitada territorialmente, a proposta já operava como um rizoma, criando linhas de conexão que ultrapassavam os limites institucionais. No entanto, a dinâmica do projeto também tem sido marcada por um processo de des(re)territorialização, impulsionado tanto por dificuldades logísticas na manutenção do espaço físico quanto por uma visão estratégica de expansão. A estufa, embora simbolicamente potente, apresentava limitações materiais e operacionais que restringiam o alcance das atividades. Em diálogo com a coordenação, o projeto começou a migrar para um modelo mais itinerante, flexível e descentralizado. Essa transição significou sua transformação em um nó de uma rede mais ampla, capaz de se deslocar para escolas, praças, feiras e comunidades rurais. Como o devir deleuzo-guattariano, a SVA deixou de ser um “lugar” fixo para se tornar um “processo” em constante adaptação, moldando-se às demandas locais, às urgências educativas e às possibilidades que surgem no encontro com diferentes realidades.

Sua des(re)territorialização simboliza, assim, a própria natureza da rede ecosófica que o projeto busca tecer – uma reconfiguração estratégica que mantém a coerência metodológica enquanto amplia a capilaridade pedagógica. A itinerância permitiu que as práticas educativas se adaptassem a diferentes contextos e se alinhassem a novos saberes, linguagens e atores, sem perder de vista a valorização dos conhecimentos locais. A SVA tornou-se um organismo vivo, que respira com a comunidade, aprende com as contradições está presente na capacidade de

criar alianças que respeitem a multiplicidade do real e promovam a coexistência produtiva de diferenças.

Para concluir esse tópico, resta salientar que a trajetória da Sala Verde Amanajé ilustra a viabilidade de uma educação ecosófica no contexto amazônico, que embaça a lógica arborescente da hiperespecialização e abraça a transversalidade rizomática, possibilitando a construção de caminhos, vicinais entre universidade e comunidade, ciência e tradição, academia e território. Essa síntese disjuntiva, para usar a letra de Deleuze e Guattari, permite que diferentes vozes, práticas e experiências coexistam e se potencializem mutuamente, ampliando o campo de possibilidades pedagógicas. O processo de des(re)territorialização, por sua vez, consiste na capacidade de se mover, adaptar e criar novas alianças diante das complexidades do contemporâneo. A SVA, um ecossistema pedagógico em constante devir, desafia modelos de extensão universitária verticais, e propõe uma nova ética do conhecer, do habitar e do conviver. Sua experiência reafirma que a educação, quando enraizada na complexidade rizomática, pode se tornar um veículo de transformação social, de fortalecimento comunitário e de reconexão com a teia da vida.

### **3. A REDE ECOSÓFICO-PEDAGÓGICA EM MOVIMENTO: CONSOLIDAÇÃO, DEVIR E NOVAS POSSIBILIDADES**

A trajetória da Sala Verde Amanajé vem apontando para a consolidação de um ecossistema pedagógico-ecosófico em constante movimento. Após o processo de des(re)territorialização analisado anteriormente, o projeto adentrou uma fase marcada pela itinerância estratégica, pela formação de multiplicadores e pela tessitura de uma rede para além dos limites geográficos e institucionais impostos à extensão universitária vertical. Esse movimento, na qual a educação ambiental deixa de ser um conjunto de atividades mais centradas no espaço na estufa da UFRA para se tornar um processo contínuo de co-criação, adaptação e reinvenção coletiva, tem sido interpretado, aqui, como a afirmação de uma dinâmica de devir: é como se a SVA fosse um organismo vivo, que respira com as urgências do seu entorno, escuta as vozes da comunidade e se transforma mediante os encontros que promove e, assim, atua por meio de geração de laços, compartilhamento de competências e incentivo ao surgimento de lideranças locais.

A sua transição para um modelo itinerante e descentralizado foi, em parte, catalisada por desafios estruturais que poderiam ter inviabilizado a continuidade do projeto. A dificuldade de manutenção da infraestrutura física da estufa, a limitação no transporte escolar, a ausência de

financiamento contínuo para bolsas de extensão e a sobrecarga da rotina acadêmica dos treinandos impuseram obstáculos reais. Além disso, o impacto da pandemia de 2020 suspendeu as atividades presenciais e forçou uma desterritorialização emergencial. Apesar disso, essas vicissitudes funcionaram como um impulso à reinvenção processual e metodológica. A equipe da SVA compreendeu que a “centralização espacial” não era condição *sine qua non* para a eficácia pedagógica, apostando, desde então, na fluidez e na mobilidade como atributos essenciais de uma proposta que precisava se ajustar às realidades múltiplas de Capitão Poço e região. É justamente esse movimento que é interpretado à luz do conceito deleuzo-guattariano de “devir”, pois, em sua historicidade, a SVA deixa de ser um “lugar” para se tornar um “processo”, um campo de forças que se expande conforme as necessidades emergem, reconfigurando suas estratégias sem perder seu eixo norteador.

Também Félix Guattari oferece um categorial analítico que permite ler e interpretar a dinâmica de transformação da SVA, justamente ao propor uma articulação inseparável entre as ecologias ambiental, social e mental. Por suas lentes, depuradas da frieza conceitual muitas vezes associada ao pensamento filosófico moderno, aprendemos que a crise ambiental que atravessamos deve ser, sim, apreciada pelo campo da biologia ou da técnica, mas, por seu caráter planetário, esta mesma crise configura-se como uma crise de relações, de subjetividades e de modos de habitar o mundo e, neste sentido, ela deve ser pensada, analisada sob variados ângulos. A ecosofia, conceito guattariano pensado aos moldes da estrutura rizomática, não precisa abandonar o universo da técnica e da preservação, mas, sim, pensá-las em articulação com uma postura filosófica e política que reconheça a interdependência radical entre todos os seres e sistemas. Do mesmo modo, a atuação da SVA acontece como um dispositivo perspectivístico, de “reflorestamento” triplo: busca regenerar solos e práticas agrícolas sustentáveis, ao mesmo tempo em que tece novas solidariedades entre a universidade e a comunidade e, ademais, promove uma reestruturação cognitiva e ética nos sujeitos envolvidos. Trata-se, como ensinou Fernand Braudel a Deleuze e Guattari acerca do movimento da história, de um processo de longa duração, distinto de eventos históricos pontuais e efêmeros (Braudel, 1978). Não podemos negar a legitimidade de narrativas que se atém a fatos isolados, pois detém o seu valor por apreciar aquilo que acontece aqui e agora, imediatamente. Mas, também, esses autores ensinam que talvez haja um movimento, tal como a força das águas no fundo dos mares, que influencia sobremaneira aqueles mesmos movimentos da superfície das águas. A trajetória da SVA, assim pensada, pode ser interpretada como catalisadora de eventos pontuais, práticas cotidianas de atividades sustentáveis etc. Mas, além disso, ela busca se inscrever em um tecido

histórico mais profundo (*deep ecology?*), marcado por transformações lentas, silenciosas e estruturais, que reconfiguram a relação entre sociedade e natureza ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, não se pode deixar de mencionar a realização do Curso de Formação em Educação Ambiental, desenvolvido em 2024 pela SVA em parceria com a 17ª Diretoria Regional de Ensino (DRE) do Pará e seu Núcleo de Formação Docente (NFD). A iniciativa surgiu a partir de demandas das políticas públicas recentes, como a Lei Estadual nº 9.981/2023, que tornou a educação ambiental componente curricular obrigatório nas escolas públicas do Pará, e as diretrizes do Plano Nacional de Educação 2024-2034, que reforçam essa exigência em âmbito federal. Por meio desse movimento da SVA e seus novos aliados, adotou-se uma estratégia de formação de multiplicadores, capacitando docentes para que incorporassem práticas ecosófica em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). O curso foi estruturado em dez módulos, sete teórico-práticos e três de elaboração e validação de projetos escolares, ofertados em formato híbrido para garantir acessibilidade e flexibilidade. Participaram 84 professores, provenientes de nove escolas estaduais e seis municipais, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio, demonstrando, novamente, a maturidade da rede que se formara em torno da SVA, já não dependente exclusivamente de sua estrutura física para exercer influência: ela passava a operar por contágio pedagógico, multiplicando suas sementes por meio de agentes educativos já inseridos no cotidiano escolar, o que potencializa exponencialmente seu impacto territorial.

A metodologia do curso refletiu a lógica rizomática que orienta o projeto. Cada módulo transmitiu conteúdos sobre meio ambiente, saúde pública, resíduos sólidos, emergência climática e agroecologia, bem como forneceu ferramentas para a ação contextualizada. Os professores foram estimulados a diagnosticar realidades, elaborar intervenções viáveis e ajustar suas propostas com base em feedbacks contínuos, utilizando formulários online e sessões de orientação remota. Os projetos desenvolvidos incluíam hortas pedagógicas, sistemas de compostagem, estratégias de coleta seletiva e planos de mitigação dos efeitos climáticos no ambiente escolar. Esses projetos, concebidos como processos abertos, foram destinados a integrar os PPPs e, eventualmente, submetidos a programas como “Escolas Sustentáveis” e à representação na COP-30, em Belém, no ano de 2025. Essa articulação entre formação, prática e política pública tornou-se a concretude da estrutura rizomática, traduzindo princípios filosóficos em ações concretas, e criando pontes entre a academia, a gestão educacional e a vida cotidiana das escolas. A avaliação contínua, realizada por meio de instrumentos diagnósticos e formativos, garantiu um diálogo imanente, vivo, ajustado às necessidades reais dos territórios educativos, o que reforçou a síntese entre teoria e prática, entre saber acadêmico e saber escolar.

A cerimônia de encerramento, realizada em junho de 2024 no auditório da UFRA, com a presença de representantes da universidade, da DRE, da secretaria municipal de educação e dos próprios cursistas reforçou o caráter coletivo e institucionalizado da rede. Embora a coordenadora idealizadora não tenha podido comparecer por motivos de saúde, sua ausência foi preenchida pela voz de um participante do projeto SVA que assumiu a mediação do evento, demonstrando a descentralização e a autonomia que o projeto cultivou. As falas institucionais não puderam deixar de destacar a relevância da iniciativa e a importância da continuidade dos projetos escolares, bem como o reconhecimento formal do trabalho desenvolvido. Este momento de entrega de certificados também funcionou como um ritual de validação social, no qual a universidade reconheceu seu papel como parceira no desenvolvimento dos saberes, e as escolas se afirmaram como produtoras legítimas de conhecimento ambiental contextualizado, reforçando a tese de que a sustentabilidade de uma proposta educativa consiste em sua capacidade de gerar laços, transferir competências e fomentar lideranças locais, consolidando um ecossistema que se autoalimenta e se expande organicamente.

A concretização da SVA como rede ecosófico-pedagógica em movimento traz uma implicação direta para o campo da extensão universitária e da educação ambiental na Amazônia: seu modelo itinerante e colaborativo mostra que é possível subsumir uma lógica assistencialista ou transmissiva que permeia parte das iniciativas acadêmicas de extensão. Nesse aspecto, a SVA não “leva” conhecimento à comunidade, mas o co-produz, o circula e o potencializa através das alianças horizontais. Por exemplo, as escolas que participaram do curso, através de seus representantes docentes, ganharam autonomia para agir, para adaptar princípios ecológicos às suas realidades e para engajar seus próprios estudantes em práticas de cuidado e transformação. Tal como um “rizoma ecosófico”, esse processo pedagógico em curso consiste em uma regeneração ecológica – dos ecossistemas, dos tecidos sociais e a das subjetividades. Reflorestar, portanto, é também replantar a confiança, o diálogo e a capacidade de imaginar futuros coletivos. A rede que a SVA teceu, enquanto rizoma em expansão, se alimenta de saberes locais, de urgências políticas e de práticas pedagógicas inovadoras, mantendo-se aberta a novas entradas, conexões e linhas de fuga, desafiando a hiperespecialização e o isolamento institucional.

Em conclusão, a trajetória da Sala Verde Amanajé ilustra a viabilidade e a necessidade de uma educação ambiental transdisciplinar, itinerante e enraizada na complexidade amazônica. Sua evolução, da estufa fixa à rede ecosófica em movimento, delineia um projeto que aprende com as contradições, com as limitações, subsumindo-as como matéria-prima de sua própria reinvenção. Este tem sido, até aqui, o legado da Sala Verde Amanajé: sua capacidade de inspirar

uma nova postura perante o mundo, uma postura de aliança, de escuta e de responsabilidade compartilhada. Enquanto a crise socioambiental se intensifica e as demandas por educação ecológica se tornam urgentes, iniciativas como a SVA apontam para um caminho possível, onde a universidade se entrelaça, se multiplica e se move, metamorfoseando-se em rede ecosófico-pedagógica, m devir, aberta ao novo, comprometida com a vida e disposta a seguir tecendo, com paciência e coragem, os fios de um futuro mais justo e habitável.

#### **4. CONCLUSÃO**

De 2018 até o presente, 2026, buscando ancorar-se nos princípios do pensamento rizomático e da ecosofia, a Sala Verde Amanajé vem demonstrando que a educação ambiental pode transcender a condição de prática institucionalizada para se configurar como um ecossistema pedagógico em constante devir. Inicialmente territorializada em um espaço físico no campus da UFRA em Capitão Poço, a iniciativa revelou, desde seus primeiros passos, a potência de uma aliança não hierárquica entre saberes acadêmicos e comunitários. Confrontando barreiras epistemológicas e logísticas que historicamente tendem a afastar a universidade da população, a SVA compõe sínteses, onde a ciência, a tradição local, a tecnologia e a ecologia coexistem sem se subsumirem, gerando novas possibilidades de aprendizagem e de cuidado com o território.

O processo de des(re)territorialização, impulsionado por vicissitudes estruturais e pela urgência de ampliação do impacto pedagógico, vem ajudando a consolidar um fazer pedagógico em rede, itinerante e descentralizada. A migração da SVA da estufa para práticas móveis e formativas é um exemplo de que a sustentabilidade de um projeto de extensão reside na fluidez, na sua capacidade de gerar laços, transferir competências e fomentar autonomias locais. A parceria com a 17ª DRE e o curso de formação para docentes em 2024 são um exemplo concreto disso: ao investir na formação de multiplicadores, a parceria SVA-DRE operou por contágio pedagógico, permitindo que os princípios ecosóficos fossem incorporados aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas e se expandissem para além do alcance direto da universidade. Essa estratégia reforçou a transversalidade como eixo metodológico, transformando cada escola participante em um novo platô de uma rede ecosófico-pedagógica em expansão.

No plano teórico e prático, essa experiência reafirma a atualidade da ecosofia guattariana como horizonte ético-político para a educação contemporânea. Ao articular as ecologias ambiental, social e mental, delinea-se a possibilidade de resolução das crises socioambientais contemporâneas a partir de um plano de intervenções técnicas, mas, ao mesmo

tempo e indispensavelmente, aponta-se para uma reestruturação das subjetividades, das relações institucionais e dos modos de habitar o mundo. Em nosso contexto amazônico, iniciativas como as da SVA e da 17ª DRE do Pará se inscrevem como um dispositivo de reflorestamento triplo: regenera práticas agrícolas sustentáveis, tece novas solidariedades territoriais e cultiva posturas de escuta, cooperação e responsabilidade compartilhada. Esse caráter itinerante e rizomático desafia a fragmentação do saber e propõe uma universidade que faz rizoma, alianças – um conhecimento que não se encerra, mas se multiplica.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sobre o projeto: Salas Verdes*. Disponível em: <https://salasverdes.mma.gov.br/sobre-o-projeto/>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 1978.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- GUATTARI, Félix. *¿Que és la ecosofia?*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015.
- MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.